A INFLUÊNCIA DA IMPERATRIZ TEODORA DE BIZÂNCIO NA ELABORAÇÃO DAS NOVELAS DO *CORPUS JURIS CIVILIS*

Denise Koprovski Curi

Consultora jurídica aposentada do Tribunal de Justiça do Paraná, especialista em História Antiga e Medieval pela Faculdade Itecne, de Cascavel (Polo Curitiba), e pós-graduanda em Museus, Galerias e Arquivos pela Universidade Positivo.

RESUMO

O presente artigo pretende demonstrar a influência da imperatriz Teodora de Bizâncio em normas inovadoras constantes de algumas Novelas ou *Novellae* publicadas durante o reinado de Justiniano I (527-565), que constituem o quarto livro de sua obra legislativa *Corpus Juris Civilis*, as quais garantem às mulheres direitos até hoje presentes em legislações ocidentais, relacionando-se os textos das normas selecionadas a aspectos da personalidade da imperatriz e de suas vivências. Analisa-se neste trabalho como a influência de uma mulher que saiu das camadas mais inferiores da sociedade bizantina para tornar-se imperatriz com grande poder político, exercido com inteligência e astúcia, pode ter criado e alterado normas favorecendo os direitos das mulheres e, também, de seus filhos e da família, modificando o rumo civilizacional da sociedade romana patriarcal.

Palavras-chave: Império Bizantino. Teodora. *Novellae* do *Corpus Juris Civilis*.

ABSTRACT

This article seeks to demonstrate the influence of the Byzantine Empress Theodora on innovative policies that guaranteed women certain rights that continue to be present in Western legislation until the current day. These precepts are contained in certain Novels (*Novellae*) published during the reign of Justinian I (527-565), which comprised the fourth book of his legislative work, the *Corpus Juris Civilis*. The legal texts selected are further related to aspects of the personality of the Empress and her experiences. This study analyses the way in which a woman, who rose from the lowest rungs of Byzantine society to wield immense political power as Empress, was able to wield her influence with intelligence and ingenuity to create and transform laws that favoured the

rights of women as well as their children and families, changing the course of patriarchal Roman society.

Keywords: Byzantine Empire. Theodora. Novellae of the *Corpus Juris Civilis*.

1. INTRODUÇÃO

A atuação de mulheres na história das civilizações nunca foi tão estudada como nos dias atuais. Livros, artigos, pesquisas e documentários buscam resgatar fatos, convicções e atitudes de mulheres, até então anônimas, que influenciaram sobremaneira homens e decisões, sem mencionar aquelas que, em parcas circunstâncias, tiveram a oportunidade de ser as próprias protagonistas da história. Muitas delas contribuíram, com inteligência, senso político, astúcia e, acima de tudo, com sua visão feminina de mundo e consciência de sua posição na sociedade em que viviam, para ampliar conhecimentos, estabelecer laços políticos, defender territórios, conquistar reinos e mudar mandamentos religiosos e jurídicos, alterando o rumo civilizacional.

Na intercessão entre o chamado Ocidente e a Ásia, na conjunção desses dois mundos, viveu uma mulher que, ao longo de sua existência (cerca de 48 anos), conseguiu sair de uma condição social que beirava a miserabilidade para projetar-se como imperatriz de grande poder político: Teodora, mulher de Justiniano I (*basileus*), imperadores, os dois, de Bizâncio, entre 527 e 565 da era cristã.

Após sua coroação (527 d.C.), em conjunto com Teodora, uma das grandes preocupações de Justiniano focou-se na compilação das inúmeras leis existentes e de decisões nos mais variados sentidos que formavam uma jurisprudência heterogênea, o que gerava instabilidade social na medida em que diversas normas regulavam a mesma questão. Justiniano era, antes de tudo, romano e cristão, daí sua obra legislativa.

Justiniano via-se como imperador romano e sentia a necessidade de que Constantinopla respeitasse e mantivesse o vínculo com sua histó-

ria. E tal vínculo só poderia ocorrer através do Direito, a principal herança recebida de Roma. Justiniano acreditava que o Direito era uma arma tão preciosa para o governo interno quanto a força militar era para a defesa e conquista (SANCHOTENE, 2009, p. 8).

Como bem ressalta Sanchotene (2009, p. 4), “a figura do imperador, por força da influência oriental, centralizava a política, o Direito e a religião”. Sobre seu poder de legislar, “[...] o imperador surge como *lex animata*, ou seja, como uma entidade capaz de legislar, nos termos de um poder que lhe vem de Deus” (MONTEIRO *et al*, 2016, p. 39). Ao final de um trabalho árduo e extenso, edita-se o *Corpus Juris Civilis*, formado por quatro livros, contendo a compilação das leis imperiais romanas desde Adriano (*Codex*) e de milhares de obras de juriconsultos (*Digesto*), os fundamentos para o ensino do Direito (*Institutas*) e as Novelas (*Novellae*), que são as leis editadas por Justiniano após o término da compilação, como resposta às demandas que lhe eram apresentadas para decidir. As Novelas são nosso maior interesse, porque, numa análise mais aproximada, seus textos revelam traços de influência da personalidade da imperatriz:

La emperatriz no fue ajena a tal proceso de elaboración jurídica. Las secciones que se refieren a las mujeres revelan la influencia de Teodora, en particular cuando se trata de su estatus legal. Asimismo, en las leyes posteriores a la sistematización su presencia es aún más evidente (CARRANZA TORRES, 2019).

Teodora, cujo nome significa “o dom, o presente de Deus”, foi uma mulher de forte caráter, o que se revela em sua força política, reconhecida por diversos autores. “[...] Há que se destacar que o mais influente conselheiro e ajudante do imperador foi sem dúvida sua esposa, a imperatriz Teodora” (MAMEDE; CRUZ, 2014, p. 39). “Por deseo de su esposo, Teodora no fue emperatriz consorte, sino una soberana por derecho propio, su igual, además de su principal consejera y colaboradora” (CARRANZA TORRES, 2019). Depreende-se, das diversas alusões dos autores à relação entre Justiniano e Teodora, que havia entre eles uma grande conexão, parecendo agir, muitas vezes, como se fossem um só. Lasala Navarro cita Procópio de Cesareia, que, no Capítulo XI de sua *História secreta*, refere-se a eles como se se tratasse de um único indivíduo a tomar decisões de natureza política: “Em sua vida em comum, nunca atuaram um

sem o outro” (LASALA NAVARRO, 2013, p. 367). Evans, citando Ioannis Zonaras, salienta que havia não tanto uma monarquia, mas uma diarquia (EVANS, 2002). Não disputavam poderes ou se contrapunham, mas atuavam num “co-governo”. “Teodora ocupó una situación relevante dentro del ámbito del gobierno en el Imperio de su esposo, hasta el punto de poder hablar de un evidente cogobierno de ambos” (LASALA NAVARRO, 2013, p. 380). Sua influência na elaboração de normas de garantia de direitos às mulheres e aos mais fracos transformaram Teodora numa pessoa querida pelo povo, e, nesse papel, extremamente útil a Justiniano, que “a respeitava e reconhecia como uma aliada astuta cuja experiência lhe permitia entender as forças que dirigiam a opinião pública na parte oriental do Império” (EVANS, 2002).

Buscar estabelecer a relação entre algumas Novelas e a personalidade de Teodora justifica-se porque a história e as vivências dessa mulher única foram tão contundentes e tão intensas que deixaram marcas indeléveis em sua postura como imperatriz, originárias das lembranças da criança nascida na pobreza e da comediantes, já em tenra idade, mímica e atriz, sempre às voltas do Hipódromo de Constantinopla, onde as facções Verde e Azul, sociedades com papel social – e mesmo político – compostas por aristocratas (normalmente Azuis) e pelo povo em geral (normalmente Verdes) – que se encarregavam de patrocinar as corridas de quadrigas. “[...] El Verde representaba la primavera y el Azul el otoño” (MAYOR FERRÁNDIZ, 2010, p. 9). Considerando-se, como salienta Fèvre, que “as mulheres que vivem na sombra do Hipódromo estão muito mais expostas do que as outras aos perigos de uma degradação social e moral” (FÈVRE, 1991, p. 30), Teodora não escapa desse destino, e se torna, também, cortesã. Prossegue, entretanto, em sua ascensão. A riqueza e a fama obtidas não lhe seriam suficientes se não houvesse, “paralelamente, uma ascensão social” (FÈVRE, 1991, p. 36). Casa-se com o futuro imperador de Bizâncio em 524, e em 527 é coroada imperatriz (*basilissa*).

A mulher que ascendeu a status tão díspares e conviveu com as mais diferentes pessoas pôde avaliar as necessidades, o desespero dos menos favorecidos e ter a iniciativa de defender aqueles com seu direito negado, ou sem direito, ou mesmo

com sua condição de ser humano desconsiderada, a exemplo do contido no Capítulo 8 da Novela 134, que proíbe ao marido dar a mulher em garantia de negócio ou dívida. Irving aponta que o historiador Warren Treadgold chama Teodora de protetora das mulheres, porque usava sua influência para ajudá-las a garantir direitos. Era também vista como uma lenda popular, porque protegia e defendia os pobres e fracos (IRVING, 2013).

Reconhecendo-se que a imperatriz tenha utilizado seu poder, ora junto ao imperador, ora junto aos juriconsultos sob seu comando encarregados da elaboração do Código, para criar e alterar leis na defesa dos direitos das mulheres, dos filhos e da família, o presente trabalho busca relacionar a história e os traços da personalidade e das experiências da imperatriz a alguns textos das Novelas, não apenas apontando esses direitos, mas especificando a norma onde se encontram. Trata-se de uma visão inicial e abrangente dessas Novelas, para possibilitar discussões e análises futuras mais pormenorizadas, desde que se tenha acesso à literatura estrangeira.

Para demonstrar essa relação, objetivamos, primeiramente, selecionar, dentro das Novelas do *Corpus Juris Civilis*, os dispositivos que regulam os direitos das mulheres, dos filhos e da família. Identificados, serão elencados e descritos, buscando-se relacionar a personalidade e a influência exercida pela imperatriz sobre o legislador. Na busca do resgate do papel das mulheres na história, a figura de Teodora chama atenção por sua trajetória de vida e pela capacidade de obter poder e saber utilizá-lo para seus objetivos.

2. AS NOVELAS DE JUSTINIANO E A IMPERATRIZ TEODORA

O *Corpus Juris Civilis*, assim chamado a partir do século XVI, consiste numa reunião de leis, jurisprudência e entendimentos jurídicos elaborada durante o reinado de Justiniano I (527-565) e composta por quatro partes: a codificação das leis (*Constitutiones*) imperiais desde Adriano (*Codex Constitutionum*), comple-

tada em 529; o Digesto (*Digesta ou Pandectas*), que reunia cerca de 1.500 livros de juriconsultos clássicos, num total de 50 livros; as Institutas ou *Institutiones*, em quatro livros, destinadas ao ensinamento dos estudantes de Direito; e as Novelas ou leis novas (*Novellae Constitutiones Post Codicem*), leis do próprio Justiniano I, elaboradas entre 534 e 565¹. As Novelas não têm título, e são compostas por um preâmbulo, seguido de capítulos e, ao final, uma conclusão.

Este trabalho se utiliza da tradução anotada para o inglês *The Novels of Justinian: a complete annotated english translation*, de David J. D. Miller e Peter Sarris, publicada pela Cambridge University Press (2018), que se baseia na edição moderna das Novelas publicada em 1895, de Schöll e Kroll, formando o terceiro volume da *editio stereotypa* (MILLER; SARRIS, 2018, p. 50).

As Novelas contêm prefácios que sobreviveram ao tempo, não têm titulação, e foram escritas, na sua maioria, em grego, num sinal claro do rumo cultural que o Império Bizantino estava a tomar (MONTEIRO *et al*, 2016, p. 14-17), ao contrário das demais partes do Código, que foram escritas em latim. Eram publicadas primeiramente em Constantinopla, e depois encaminhadas aos governadores provinciais, aos bispos e a particulares que trabalhavam com o Direito e que, provavelmente, constavam de uma lista. As coleções privadas, de onde hoje se estudam as Novelas, provavelmente foram preservadas por essas pessoas, sendo a mais famosa a coleção grega de 168 Novelas. Até a morte de Justiniano, foram publicadas 135 delas (MILLER; SARRIS, 2018, p. 50).

As Novelas descrevem objetivamente realidades sociais verificáveis que eram causa das petições ao imperador, as quais, em contrapartida, informavam a forma e a estrutura das próprias Novelas. Elas também demonstram aspectos das relações econômicas e sociais do século VI, que estariam perdidos se

¹ Dados cronológicos sobre os principais eventos históricos do Império Bizantino podem ser acessados no artigo de John Teall e Donald MacGullivray Nicol, **Byzantine Empire - the 6th century**: from East Rome to Byzantium. Disponível em: <<https://www.britannica.com/place/Byzantine-Empire/The-6th-century-from-East-Rome-to-Byzantium>>.

delas não constassem. Entre esses aspectos, destacam-se o status de atores e atrizes, os posicionamentos imperiais relativos a homossexualidade, estupro e incesto, o tráfico de meninas do meio rural para prostituição nas cidades, o fenômeno de atores e prostitutas vestirem-se como monges e freiras e a sucessão legal. Tudo está registrado e discutido em detalhes (MILLER; SARRIS, 2018, p. 35).

Não tendo localizado sua tradução para o português, valemo-nos daquela para o inglês efetuada pelo trabalho hercúleo e minucioso de David Miller e Peter Sarris, *The Novels of Justinian: a complete annotated english translation*, mencionado antes, que se baseia nos manuscritos mais confiáveis, juntamente com o texto em latim do *Authenticum* (texto contendo a tradução ou compilação oficial das Novelas editadas por Justiniano para a Itália depois de sua reconquista - MILLER; SARRIS, 2018, p. 23) e da tradução das Novelas para o latim também por esses autores (MILLER; SARRIS, 2018, p. 50- 1).

Sendo uma pesquisa eminentemente bibliográfica, contrapomos alguns textos das Novelas a dados biográficos da imperatriz, mormente a fatos que possam ter marcado sua visão de mundo, e a traços de sua personalidade, de forma a tentar evidenciar sua influência nos textos legais referidos. Uma das únicas fontes sobre a vida da imperatriz vem do livro *A História secreta*, de Procópio de Cesarea, escrito em 550, “nome latino para o título original em grego *anédokta*, que significa, literalmente, ‘o que não foi publicado’” (MARTINS SPOLADOR, 2018, p. 23). Segundo Procópio, seu objetivo foi escrever para que:

los tiranos que vengan luego tendrán clara conciencia, en primer lugar de que no es improbable que les sobrevenga un castigo por sus crímenes – justamente lo que llegaron a padecer estos hombres –, y además, de que sus acciones y caracteres quedarán para siempre consignados por escrito: tal vez así sean por este mismo motivo más reluctantes a la hora de transgredir las leyes².

2 As citações diretas à obra *História secreta*, de Procópio de Cesarea, referem-se à página 3 e aos capítulos IX e X. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/16mNOX-kNooyqJ6QTQkITdnhSJ0R4sQmoj/view?usp=drivesdk>>. Acesso em: 20/4/2020.

Embora seu intento não tenha sido retratar a vida de Teodora, a obra contém inúmeras informações sobre a imperatriz, de onde partem as considerações, interpretações e abordagens de diversos autores, inclusive de muitos relacionados em nossa bibliografia. Valemo-nos também, e em especial, do livro de Francis Fèvre, *Teodora, a imperatriz de Bizâncio* (FÈVRE, 1991, p. 243), tendo este como fontes, além da *História secreta* (tradução de M. Isambert, Paris, 1856), textos das demais obras de Procópio e de Teófilo, o Confessor, encontrados na *Chronographia, Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*³. Cotejamos, ainda, artigos acadêmicos, em pesquisa ao google acadêmico, na *Ancient Historycal Encyclopedia*, bem como em outros artigos em formato digital que descrevem a personalidade e a postura da imperatriz e objetivam demonstrar sua influência política na corte imperial de Justiniano e na promulgação de suas leis. Anote-se que o presente trabalho historiográfico apresenta alguns aspectos interdisciplinares, até pela formação da autora na área jurídica.

Quanto à bibliografia, cabe observar que, “[...] diferentemente de outras culturas medievais, a história bizantina, tendo sido escrita pelas pessoas da época, foca-se quase que exclusivamente nos grandes feitos e nas práticas negativas dos imperadores e, também, numa literatura voltada aos santos e às discussões sobre doutrina religiosa (CARTWRIGHT, 2018). É importante salientar a restrição bibliográfica ao assunto, o que fica bem caracterizado em Mango (citado por Cartwright): “There is little hope that this meagre and haphazard body of material will ever be increased, nor can we remedy the near

3 O *Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae*, ou *Bonn Corpus*, é um conjunto de 50 livros com as fontes mais antigas para o estudo da história bizantina, não consultados neste trabalho porque encontrados somente em sua versão original (grego e latim). Sobre a *Chronographia*, de Ioannes Malalas, escritor bizantino, o site medievalists.net noticia ter sido iniciado em 2013, na Universidade de Tübingen-Alemanha, um projeto com duração prevista para 12 anos e com investimento anual de €220,000, destinado a pesquisar e elaborar uma versão comentada da obra e torná-la acessível a pesquisadores e ao público em geral. Essa obra foi escrita em grego no século VI, e é constituída de 18 livros que contam a história do mundo, desde Adão e Eva até as últimas anotações do autor, por volta de 563. É um documento extremamente valioso para a pesquisa histórica, e constitui a fonte mais antiga da história do mundo bizantino.

absence of inscriptions on stone, which for classical antiquity provide such a rich source of information for society, institutions, and religion” (CARTWRIGHT, 2018). Daí a grande importância do projeto sobre a *Chronographia*.

O presente trabalho destina-se a salientar a possível intervenção da imperatriz Teodora nas Novelas publicadas no reinado de Justiniano I (nº 1 ao nº 35) (MILLER; SARRIS, 2018, p. 775), buscando relacioná-las com traços de sua personalidade, vez que, da análise dos textos, constata-se o considerável número de normas direcionado às minorias, mormente às mulheres e crianças. Considerando esse aspecto, selecionamos alguns textos, traduzidos livremente da obra de Miller e Sarris (2018), cuja redação pode ter sido influenciada pelo poder e pela personalidade da imperatriz.

3. A INFLUÊNCIA DA IMPERATRIZ E A ANÁLISE DAS NOVELAS

Verificamos a provável influência da imperatriz Teodora nos textos resumidos em seguida.

A Novela nº 2 regula a destinação do presente pré-nupcial aos filhos, no caso de um segundo casamento, lembrando que, segundo Borkowski (citado por Miller e Sarris), “o presente pré-nupcial inicialmente era dado pela mulher ou sua família ao marido como contribuição ao novo lar. Mais tarde, era dado pelo marido à mulher antes do casamento, como forma de garantir seu sustento, caso ele viesse a falecer antes dela” (MILLER; SARRIS, 2018).

A Novela nº 12 regula a situação dos filhos resultantes de casamentos chamados ilícitos ou incestuosos, e prevê punição.

A Novela nº 14 proíbe a manutenção de bordéis em todo o reino, e deve ser analisada em conjunto com a Novela nº 51, que proíbe serem as atrizes obrigadas a exercer seu trabalho sob a alegação de caução ou juramento.

A Novela nº 18 modifica lei anterior que regula a sucessão, favorecendo as viúvas e os filhos, legítimos ou ilegítimos, estes depois chamados “naturais” (MILLER; SARRIS, 2018, p. 207).

A Novela nº 19 legitima crianças nascidas antes do pagamento do dote e reitera a posição do imperador no sentido de que os filhos de concubina podem ser legitimados se ocorrer o casamento (MILLER; SARRIS, 2018, p. 221).

A Novela nº 22 regula o divórcio e o segundo casamento.

A Novela nº 61 proíbe ao marido, mesmo com o consentimento da mulher, alienar ou hipotecar bens imóveis que tenham integrado o dote ou o presente pré-nupcial.

A Novela nº 74 facilita a legitimação de filhos havidos fora do casamento com uma concubina e garante seu direito de herança. Também passa a exigir contrato escrito para casamento de membros da classe senatorial, protege o direito das mulheres que mantiveram relações sexuais sob promessa de casamento e consagra o direito de herança de filho resultante dessa relação (MILLER; SARRIS, 2018, p. 523).

A Novela nº 78 estabelece em seu capítulo terceiro que, àquele que quiser casar com uma mulher alforriada e fazê-la legalmente sua esposa, basta elaborar um assentamento, um registro dessa união, o que tornará os filhos nascidos antes e após esse casamento pessoas livres e legítimos sucessores de seu pai. Extingue-se assim a diferença entre o cidadão liberto (*freed status*) e o livre (*free status*) (MILLER; SARRIS, 2018, p. 599).

A Novela nº 84 regula a sucessão entre os descendentes de múltiplos casamentos (MILLER; SARRIS, 2018, p. 577).

A Novela nº 89 garante aos filhos de concubinas o direito à herança de seu pai, mediante certas condições. Além disso, garante esse direito àqueles filhos que eram ou foram escravos à época da sua promulgação (MILLER; SARRIS, 2018, p. 577).

A Novela nº 91 garante a proteção às viúvas, determinando que, em caso de morte do marido que tenha casado pela segunda vez, a primeira mulher (ou seus filhos) tem preferência, no momento da sucessão, para reivindicar o valor do primeiro dote – se o marido não aceitou o dote oferecido pela esposa ou por sua família, ela terá direito a iniciar processo para ob-

ter o pagamento do presente pré-nupcial após a morte daquele (MILLER; SARRIS, 2018, p. 627).

A Novela nº 94 estabelece que as mães não poderiam ser impedidas de exercer a guarda de seus filhos mesmo que houvesse dívida delas para com eles ou deles para com elas. Foi uma exceção à Novela nº 72, que estabelece que quaisquer pessoas que tenham dívidas para com as crianças ou vice-versa estariam impedidas de exercer a guarda.

A Novela nº 97 determina que o valor do dote e do presente pré-nupcial deve ser o mesmo, bem como estabelece que deve ser dada prioridade à viúva que reclama o valor de seu dote, entre os que se habilitam à herança do marido.

A Novela nº 98 garante aos filhos a propriedade do dote ou do presente pré-nupcial, cabendo ao cônjuge supérstite apenas o seu uso, mesmo em caso de divórcio ou segundo casamento (MILLER; SARRIS, 2018, p. 657).

A Novela nº 100 limita o tempo durante o qual o ex-marido ou seus herdeiros podem processar a mulher divorciada pelo não pagamento do dote definido quando do casamento.

A Novela nº 118 extingue a diferença entre homens e mulheres na sucessão.

A Novela nº 119 introduz diversos benefícios a esposas, filhos, escravos e proprietários de terra que corriam o risco de ser esbulhados de sua propriedade (MILLER; SARRIS, 2018, p. 775).

A Novela nº 134 trata de diversos assuntos – entre eles, considera crime, inclusive sob pena de punições corporais, a prática de colocar sob custódia, mesmo que a título de garantia, converter em escravo ou alugar a terceiros crianças que sejam devedoras (Capítulo 7).

A análise dessas Novelas, especialmente, justifica-se por terem sido publicadas durante o reinado de Justiniano I, e, assim, sujeitas a grande influência da imperatriz (RODRIGUES MACIEL, 2005). Constata-se que das 135 *Constitutiones*, leis publicadas pelo imperador (*Constitutions, constituere [latin verb] to decide, to establish*) (MILLER; SARRIS, 2018, p. 2), pelo menos vinte delas se referem às mulheres e aos filhos.

A grande preocupação quanto às crianças deflui, em grande parte, das marcas deixadas em Teodora por sua infância sem recursos, como a humilhação sofrida quando a mãe, viúva porém amasiada com o novo guardador de ursos da facção Verde – “A moral cristã é desrespeitada, mas a sobrevivência da família parece garantida” (FÈVRE, 1991, p. 30) –, acompanhada das três filhas, a mais velha com apenas sete anos, sendo Teodora a segunda, adentram a arena do Hipódromo para suplicar pelo emprego do companheiro, que corria risco à vista de conchavos dentro da facção. Apesar de sua situação desesperadora, elas foram recebidas com desprezo, gargalhadas e insultos. Fèvre (1991, p. 31) descreve a cena: “A mãe de Teodora adianta-se, vestida com uma longa túnica, a cabeça coberta de fitas, segundo o ritual daqueles que apresentavam uma súplica, cercada pelas três meninas, que, trazendo nos cabelos guirlandas de flores, estendem igualmente as mãos para as arquibancadas, num gesto de súplica”. Haja vista a grande animosidade entre as facções Verde e Azul, já mencionadas, é por via dos Azuis que a situação se resolve, vez que o guardador acaba por ser recrutado por essa facção.

Algumas Novelas revelam a extrema preocupação com os filhos, mormente as crianças, que muitas vezes não sobreviviam a suas mães, em razão de doenças próprias da infância, entre outras causas de mortalidade. A Novela nº 2 garante que, no caso de um segundo casamento de mulher viúva, o presente pré-nupcial do primeiro casamento deve ser transmitido aos filhos de forma igualitária, sem que a mãe possa exercer preferência por algum deles em desonra dos outros, porque o segundo casamento injuria a todos eles da mesma forma, regra esta que demonstra como Justiniano procurava encorajar a castidade entre as viúvas (MILLER; SARRIS, 2018, p. 68 e 233). As Novelas de números 12, 19, 74 e 78 regulam a legitimação de filhos, seja porque frutos de casamentos incestuosos, seja porque filhos de concubina, revelando o objetivo de dar às crianças uma vida mais digna.

Da mesma forma o fazem as Novelas que regulam a sucessão, entre elas as de números 18, 74, 89, 98 e, principalmente a de nº 118, que extingue a diferença entre homens e mulheres na sucessão. Ela opera uma grande mudança, já que a lei romana,

até então, previa que a sucessão se dava apenas pela linha masculina de descendentes. Ainda, estabelece a ordem de sucessão entre quatro grupos: os descendentes, homens e mulheres recebendo sua parte na herança na mesma proporção, desde que tenham o mesmo relacionamento de sangue com o *de cujus*; na falta destes, irmãos e irmãs, em partes iguais, desde que filhos do pai e da mãe do falecido; depois, meios-irmãos e irmãs, assim como sobrinhos e sobrinhas; e, por último, parentes colaterais, conforme a ordem de proximidade (MILLER; SARRIS, 2018, p 767). Sobre o assunto, discorre Bruno Nóbrega:

No capítulo IV, manda Justiniano que não persista qualquer distinção entre homens e mulheres aptos a herdar, e independentemente da linha, paterna ou materna. Determina ainda que todos os familiares sejam chamados a herdar, devendo-se abstrair de qualquer distinção quanto ao sexo e quanto ao tronco a que se refere a pessoa apta a herdar. Tal regra equipara o direito de homens e mulheres para fins de herança. Nesse sentido, verifica-se perfeita consonância com o inciso I, do art. 5º do texto constitucional o qual iguala homens e mulheres em direitos obrigações.⁴

Essa lei trouxe uma grande transformação, e foi crucial para as mulheres e para as meninas, pois reconhecia claramente que tinham direitos a serem respeitados, e que podiam peticionar de forma a garanti-los em caso de descumprimento por quem quer que fosse. Mais ainda, garantia-lhes o direito de propriedade, possibilitando que vivessem de forma digna e às suas expensas, além de serem valorizadas socialmente.

Ainda no início de sua adolescência, Teodora passa a atuar como mímica e comediante, destino quase certo em função das condições do ambiente em que vivia (a mãe ex- atriz e a irmã mais velha, Comito, já atuando nos intervalos das corridas do Hipódromo). Procópio, em *História secreta*, apresenta inúmeras e graves acusações contra Justiniano e Teodora. No entanto, à imperatriz sua crítica é mais “virulenta” (LASALA NAVARRO,

4 Os comentários de Bruno Nóbrega sobre a influência da codificação justiniana na regulação da sucessão legítima no Código Civil podem ser lidos no artigo *Sucessões nas Novelas de Justiniano*, no website Jus.com.br- Artigos. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/62197/sucessoes-nas-novelas-de-justiniano>>.

2013, p. 365). Relata uma série de fatos e situações que qualificam Teodora como atriz, prostituta e depravada, que teria se submetido a diversos abortos. Todavia, é importante observar uma outra perspectiva. No dizer de Baldwin (1987, p. 151), “parece, sem dúvida, que a vida sexual de Teodora se deve mais à fantasia masculina e à tradição literária do que à realidade”, além do fato de que a história secreta de Procópio demonstra como era difícil para alguns membros da sociedade bizantina perdoar e esquecer o passado infame de uma atriz” (FRENCH, 1998, p. 316).

Pelas condições em que vivia, não haveria como Teodora escapar desse meio. Por ter vivenciado todo o sofrimento imposto às mulheres, que pelas mais variadas razões eram envolvidas na prostituição, também organiza campanhas para retirar jovens dessa condição, como refere Carbonell: “Las prostitutas fueron llamadas a abandonar su oficio; si se casaban, la emperatriz personalmente, les otorgaba una cuantiosa dote; y si persistían, debían trabajar en burdeles regentados por ellas mismas, con reglamento especial para evitar los abusos” (CARBONELL, 2009, p. 138).

Esse foi um de seus esforços para exorcizar sua vida pregressa, mas, também, contribuiu para sua imagem de imperatriz compassiva (EVANS, 2002, p. 8). Após sua morte, foi santificada pela Igreja, como noticia Campbell (2019, p. 137): “Teodora fue proclamada santa por la iglesia ortodoxa, debido a su indiscutible labor humanitaria a favor de las minorías y de las clases sociales más desprotegidas, en una época de prohibiciones y acentuada subvaloración de la mujer”.

Com a edição da Novela nº 14, Justiniano proíbe que as mulheres sejam submetidas à prostituição, seja pelo uso de fraude, engano, sedução ou compulsão. Também determina a devolução à mulher explorada do dinheiro eventualmente dado em caução ao cafetão ou fruto da prostituição, e expulsão dos infratores da cidade de Constantinopla. Aos que praticassem tal conduta a partir da edição da norma, determinava fossem presos, aplicando-se-lhes as mais extremas punições (MILLER; SARRIS, 2018, p. 183). Fèvre (1991, p. 173) relata que, em 528, Teodora consegue resgatar mais de 500 prostitutas, entre as mais pobres, mediante o pagamento, às suas expensas, de uma

indenização aos alcoviteiros, que as mantinham cativas por contrato, caução ou juramento. Para não ser acusada pela Igreja de deixá-las à mercê nas ruas, funda um convento, onde antes era um palácio, que passa a ser conhecido como “Convento do Arrependimento” ou “Metanoia” (MILLER; SARRIS, 2018, p. 181), podendo-se atribuir ao nome dois sentidos: um por conta daquelas que, arrependidas de seus ditos pecados, queriam efetivamente deixar a prostituição, e outro por aquelas que se sentiram aprisionadas contra a vontade, já que, sendo os muros do convento bastante altos, “uma fuga poderia deixar aleijadas as pecadoras que se arriscassem” (FEVRE, 1991, p. 173). Segundo Evans (2002, p. 9), Ioannes Malalas não fez referência a prostitutas serem mantidas reclusas contra a vontade e nem menciona suicídios, muito embora Procópio refira tal fato em *História secreta*. Teodora manda também fechar os bordéis, o que não resolve o problema, porque os cafetões e seus procuradores continuavam a ir ao interior do Império para seduzir meninas, algumas com menos de dez anos, com a oferta de boas roupas e sapatos. Quando na Capital, elas eram obrigadas a assinar contratos e prestar caução – caso contrário, ficariam trancadas nos bordéis (EVANS, 2002, p. 10). Daí a decretação dessa Novela, onde se percebe claramente a intervenção da imperatriz.

Aos olhos das classes altas bizantinas, atrizes e prostitutas eram a mesma coisa, e pertenciam à camada mais inferior da sociedade. Esperava-se que as atrizes apresentassem números artísticos com performance pornográfica, daí a dubiedade de sua reputação (CARTWRIGHT, 2018). A questão das atrizes e seu rechaço pelo Cristianismo é objeto do trabalho de Dorothea R. French (FRENCH, 1998, p. 303-4), que relata que a idolatria às atrizes era uma ameaça às famílias, e que a Igreja fomentava o preconceito contra o casamento com elas e incentivava que se convertessem, o que lhes permitia serem batizadas. Teodora casou-se com Justiniano por força de uma lei (*Codex* 5.4.23, 1-3) que permitiu o casamento de “ex-atrizes” ou de suas filhas com membros integrantes da classe senatorial. Além de outros fatores, referida lei, editada pelo imperador Justino, teve a intervenção de Justiniano, seu sobrinho, compreensivelmente induzido e apaixonado por Teodora. Aqui vemos a primeira grande influência daquela que se tornaria imperatriz. Entretanto, essa lei não se estendeu às atrizes em geral, mas somente àquelas

que puderam e quiseram substituir sua vida chamada desonrosa por uma vida em que demonstrassem adequada moderação e melhor reputação (FRENCH, 1998, p. 303-4). A maioria, entretanto, permaneceu no *métier*, umas porque tinham no palco sua única forma de subsistência e outras porque tal condição lhes era imposta. Vê-se, então, a Novela nº 51, que proíbe serem as atrizes obrigadas a exercer seu trabalho sob a alegação de caução ou juramento. É que muitas eram forçadas a permanecer a serviço de empregadores de má-fé, seja por contratos legais, mas com fundamento ilegal, seja por caução de valores gastos para sua subsistência ou por força de juramento obtido coercitivamente, lembrando-se que o juramento, à época, tinha força de contrato. A pena aplicada a quem se utilizasse de tais artifícios era o pagamento de dez libras de ouro, que deveriam ser entregues à mulher prejudicada, para que tivesse uma vida decente no futuro (MILLER; SARRIS, 2018, p. 421-2). É, pois, relativamente aos direitos das mulheres que se verifica a flagrante influência da imperatriz.

A regulação do divórcio, já previsto em legislações de imperadores anteriores, consta da Novela nº 22, bem como as causas que justificariam a dissolução do casamento, como, por exemplo, quando um dos cônjuges decide entrar num monastério; também, normatiza situações decorrentes da separação, inclusive proibindo que a mulher divorciada se case novamente por um ano após o divórcio, a fim de evitar dúvidas quanto à sucessão, caso ela tenha engravidado do primeiro marido. Correa (1992, p. 36) sintetiza as formas e as causas de divórcio no Direito de Justiniano:

- a) *Divortium ex justa causa*, repúdio em casos determinados por lei e acarretando graves sanções a cargo do culpado;
- b) *Divortium sine causa* – punido, mas válido;
- c) *Divortium ex communi consensu*, vedado por Justiniano mas restabelecido por seu sucessor;
- d) *Divortium bona gratia* (no tempo de Justiniano), causado por motivos não imputáveis a nenhum dos cônjuges, tais como esterilidade durante três anos consecutivos, deficiência física de qualquer deles, ausência do marido por cinco anos, como prisioneiro de guerra, doença mental ou voto de castidade dum dos cônjuges. Não acarreta sanção alguma.

Portanto, mesmo o divórcio injustificado, embora punido, era válido

exceto no caso da mulher culpada e condenada por Justiniano ao confinamento perpétuo em convento.

A proibição ao *divortium ex communi consensu* foi imposta em 542 por Justiniano. Mas os costumes arraigados resistiram, e cinco anos depois da morte do imperador ele foi restabelecido.

Entre várias Novelas que têm por escopo proteger a mulher casada, destaca-se a de nº 61, que proíbe o marido de alienar ou hipotecar imóvel que integre o presente pré-nupcial ou o dote, mesmo que ela concorde. Exceção é posta se esta concordância for reiterada depois de dois anos, devendo o marido, mesmo assim, compensá-la com uma propriedade de igual valor, por meio de caução, tendo ela o direito de ação contra ele para ter seu direito assegurado (MILLER; SARRIS, 2018, p. 467). Percebe-se que o dote e o presente pré-nupcial eram questões importantes para Teodora, de forma a garantir o futuro da mulher em caso de separação. Relacionada ao tema, tem-se também a Novela nº 97, que estabelece a igualdade entre o valor do dote e do presente pré-nupcial (MONTEIRO et al, 2016, p. 39). Como salientam Miller e Sarris (2018, p. 647), sinaliza-se aqui para o fim do sistema puro de dote do Direito Romano, vigente há dois séculos, e a maturação de uma instituição em que ambos, marido e mulher, contribuam substancialmente para o que Arjava chama de *common household*. Sobre a questão de igualdade inserida nessa norma, anotam ainda aqueles autores: “In doing so, it casts interesting light on the way in which gender was socially constructed in the late Roman world, with the emperor evoking the image of hapless female vulnerability and the dangers posed to women by marital and paternal negligence” (MILLER; SARRIS, 2018, p. 647).

Não fosse pela postura de Teodora quanto à necessidade de melhoria da condição de vida das mulheres em seu império, essa norma jamais seria editada. Nunca tal preocupação foi tão presente e se materializou de forma tão clara. “En el compendio de las leyes promulgadas por Justiniano, se encuentran apartados que fueron inspirados por Teodora, sobretudo en lo que se refiere a la familia y a la propiedad privada”. (CARBONELL, 2009, p. 138).

A Novela nº 94 garante o direito de guarda dos seus filhos à mãe, mesmo que ela tenha dívidas ou demanda contra os filhos,

e vice-versa, numa grande exceção à Novela nº 72, que impede o direito de guarda de outras pessoas nessas condições. Somente uma mulher fora de seu tempo e com as vivências da infância de Teodora poderia utilizar sua influência na regulação de uma questão que causava – e causa – às mulheres absoluto desespero pela separação de seus filhos pequenos e pela preocupação de quem por eles iria zelar.

Cabe destacar, ainda, a Novela nº 134. Embora editada em 556, após a morte da imperatriz Teodora (548), reafirma posturas adotadas pelo imperador nas novelas anteriores relativamente aos direitos das mulheres, no que Miller e Sarris (2018, p. 889) afirmam poder ser chamado de legislação de transição entre aquela do Império Bizantino Médio e a de Justiniano. Em seu capítulo 8, estabelece ser nulo contrato de empréstimo firmado pelo marido que dá em garantia a própria pessoa da mulher ou sua propriedade, mesmo com o consentimento dela ou sua assinatura, exceção feita quando houvesse prova irrefutável de que o empréstimo teria sido contraído em favor da mulher (MILLER; SARRIS, 2018, p. 895). Aqui, há o reconhecimento textual e legal de que a mulher passa a ser sujeito de direitos. No capítulo 9, proíbe-se, sob qualquer alegação, que uma mulher fosse posta na prisão ou sob a custódia de um homem, em razão de débitos, públicos ou privados. No caso de condenação em processo civil, seus bens serviriam como garantia, e, se a acusação fosse criminal, ela seria mantida em custódia num monastério enquanto se desenrolasse o processo, cumprindo-se, posteriormente, a sentença aplicada. O capítulo 10 da mesma Novela parece sugerir, no entender de Miller e Sarris (2018), que, na legislação de Justiniano, as penas para adultério seriam a morte ou o confisco da propriedade com prisão. No caso das mulheres, não seria aplicada a punição por morte. Aqui, percebe-se a probabilíssima atuação de Teodora, haja vista que, num universo extremamente masculino, provas poderiam ser obtidas por meios não tão corretos. No entanto, as mulheres seriam castigadas, tonsuradas e aprisionadas num convento pelo resto de suas vidas. Já o patrimônio de homens e de mulheres condenados por adultério seria dividido entre os sucessores, na forma da lei. O capítulo 13 prevê que, no caso de aplicação da pena de perda da propriedade, independentemente do tipo de processo e sendo o réu casado, a esposa deveria ficar com o

dote e o presente pré-nupcial.

Reconhecendo a influência da imperatriz Teodora na política, nas leis e nas opiniões de seu marido – conforme os diversos autores mencionados –, o presente trabalho se foca nas 135 primeiras Novelas publicadas ainda durante o reinado de Justiniano, de forma a destacar pontos em que essa influência se torna mais aparente. Como salienta Evans (2002, p. 8): “We cannot guess the exact degree of Theodora’s input, but we can be certain that as long as she was alive these laws were a product of her discussions and debates with her husband”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido coroada juntamente com Justiniano e recebendo de seus súditos, entre eles senadores, generais e religiosos, e de representantes estrangeiros as mesmas honrarias e cerimônias destinadas àquele, Teodora se afirmou como soberana, e com sua destreza, inteligência e astúcia, usou o poder que lhe foi dado na proteção dos silenciados, transformando-se numa das mulheres mais poderosas do Império Bizantino. Ora foi respeitada por temor, principalmente por alguns dos integrantes das classes superiores, ora por amor daqueles sem voz, a quem protegeu, como salienta Evans (2002, p. 6): “She could defend those who could not defend themselves”. Foi sempre leal a Justiniano – “he never doubted her complete loyalty” (EVANS, 2002, p. 7) –, e ele sabia disso. Daí a sua confiança, a ponto de lhe conceder poder. Embora contundentes as críticas de Procópio de Cesareia a Teodora, mormente quanto à sua lascívia, em momento algum ele menciona sequer um indício de traição, seja como mulher, seja como imperatriz. Ao contrário, alude que os dois pareciam um só. É de se ressaltar que as ações de Teodora eram corroboradas por seu marido, não se tendo encontrado menção de autores em contrário.

A personalidade de Teodora era muito forte, provavelmente cunhada por todas as suas miseráveis vivências na infância e juventude e, acima de tudo, pelo reflexo dessas vivências na sua

condição de mulher. Daí sua atuação para modificar as leis de forma a atribuir às mulheres algumas garantias. Não acreditamos tenha sido esse seu único objetivo. Ambicionava a riqueza, mas também o poder. De qualquer forma, é admirável e surpreendente como, com pouquíssima instrução, tendo saído de uma das classes mais inferiores da sociedade, soube legitimar-se em sua posição de imperatriz e obter mudanças favoráveis às mulheres, numa sociedade que era, em suas raízes, romana e, portanto, patriarcal. Como salienta Sanchotene (2009, p. 4), “[...] a sociedade bizantina foi construída sobre quatro alicerces: ela era tradicionalmente romana, culturalmente grega, politicamente oriental, e religiosamente cristã. Era parcialmente todas, mas integralmente nenhuma, pois cada um de seus elementos influenciou a compreensão do outro.

Essa compreensão habilitou Teodora a ter consciência de sua posição histórica e a saber utilizar suas experiências. Não teve medo de enfrentar, seja como atriz, seja como imperatriz, os limites política e socialmente impostos. Atuou, sejam quais tenham sido seus verdadeiros interesses, na defesa de direitos de pessoas em condições similares àquelas que, em seu passado, foram-lhe impostas e vivenciadas, promovendo modificações sociais, influenciando na criação e alteração de leis que constituem um legado ainda presente nas legislações do mundo ocidental e na organização social de nossos dias. Plantou a semente da igualdade entre homens e mulheres, hoje preceito inerente à maioria das constituições ocidentais, inclusive a brasileira; introduziu a legitimação de crianças advindas das mais variadas uniões, sem embargo do rigor religioso então existente. Iniciou o caminho para que as mulheres se afirmassem como efetivos membros da sociedade, sujeitos de direito, pois que puderam peticionar, ser donas de propriedade e herdeiras. Como bem salienta Carranza Torres (2019):

En virtud de dichas normas, el estatus de las mujeres en el Imperio Bizantino (sic) se elevó muy por encima del de las mujeres de la época en el Medio Oriente y Europa. Es por ello que Teodora, a la par de resaltar una gran figura femenina del Imperio Bizantino, con justa causa tenida como una pionera del feminismo en la historia universal.

Da mesma forma como o *Corpus Juris Civilis* é reconhecidamente um marco na compilação de leis e a base de grande

parte das legislações ocidentais, deve ser reconhecida também a grande participação da imperatriz Teodora na conquista de direitos das mulheres e das crianças assegurados pelas Novelas. Graças à consciência de sua posição histórica, e por estar absolutamente de posse de suas experiências, teve a capacidade de modificar diversos aspectos da sociedade em que vivia, bem como suas leis, deixando-nos um legado que perdura até hoje.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALDWIN, B. Sexual rhetoric in Procopius. *Mnemosyne*, v. 40, n. 1/2, p. 150-152, 1987.
- CARBONELL, Nora. Teodora de Bizancio, prostituta y santa. *Revista de la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas*, n. 14, p. 137-9, 2009.
- CARRANZA TORRES, Luiz R. *La feminista de Bizâncio*. 2019. Disponível em: <<https://comercioyjusticia.info/blog/opinion/la-feminista-de-bizancio>>. Acesso em: 26/4/2020.
- CARTWRIGHT, Mark. *Women in the Byzantine Empire*. 2018. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/article/1212/women-in-the-byzantine-empire/>>. Acesso em: 23/4/2020.
- CORREA, A. A. de C. O divórcio em Roma na Antiguidade. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 77, p. 31-37, 1982.
- EVANS, James Allan. *The Empress Theodora, partner of Justinian*. 1. ed.: Austin: University of Texas Press, 2002. Disponível em: <https://store.kobobooks.com/pt-BR/ebook/the-empress-theodora?utm_campaign=TextQuotesIOS&utm_medium=Social&utm_source=App_Acq>.
- FÈVRE, Francis. *Teodora: a imperatriz de Bizâncio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.
- FRENCH, Dorothea R. *Maintaining boundaries: the status of actresses in Early Christian Society*. *Vigiliae Christianae*, v. 52, n. 3, p. 293-318, 1998.
- IRVING, Jenni. *Theodora: A true heroine?* 2013. Disponível em: <<https://www.ancient.eu/article/603/theodora-a-true-heroine/>>. Acesso em: 23/4/2020.
- LASALA NAVARRO, Isabel. *Imagen pública y política de la emperatriz Teodora*. *Gerión*, v. 31, p. 363-383, 2013.
- MAMEDE, Kelly Cristina Costa Bezerra de Menezes; CRUZ, Marcus. O poder das mulheres e a construção da memória na Antiguidade tardia: o caso de Teodora e Clotilde. *Revista Mundo Antigo*, v. 3, n. 6, 2014.
- MARTINS SPOLADOR, Amanda. *A anti-imagem da imperatriz: análise sobre Teodora na História Secreta (ou Anédokta) de Procópio de Cesareia - Século VI*. 2018. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/>>

portal/historia/files/2019/01/Amanda-Martins-Spolador.pdf>.

MAYOR FERRÁNDIZ, Teresa Ma. Teodora de Bizancio (497 o 500-548). **Revista de Claseshistoria**. Publicação digital de Historia y Ciencias Sociales, n. 180, 2010. Disponível em: <<http://www.claseshistoria.com/revista/2010/articulos/mayor-teodora-bizancio.pdf>>.

MILLER, David; SARRIS, Peter. **The Novels of Justinian**: a complete annotated english translation. Primeira ed.: Cambridge University Press, 2018.

MONTEIRO, João Gouveia; GONÇALVES, Gustavo; NISA, João; PAIVA, João; GOMES, Rodrigo. **O sangue de Bizâncio**: ascensão e queda do Império Romano do Oriente. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. DOI:<<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1290-4>>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/40781%0A>>.

RODRIGUES MACIEL, José Fábio. **A contribuição de Justiniano para o nosso Direito**. 2005. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/a-contribuicao-de-justiniano-para-o-nosso-direito/180>>. Acesso em: 20/4/2020.

SANCHOTENE, Paulo Roberto Tellechea. Justiniano I, legislador. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, v. 4, n. 3, p. 1-12, 2009. DOI: 10.5902/198136947040.